

Comissão de Patrimônio Cultural da USP. *A casa de Dona Yayá*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial, 1999, 176 pp.

Fraya Frehse

Doutoranda do Departamento de Antropologia – USP

Se, ao longo de todo o século XX, os moradores de São Paulo foram inevitavelmente levados a se acostumar – mais ou menos – com uma dinâmica urbanística que há no mínimo cem anos modifica os espaços da cidade, varrendo desta lugares nos quais se ancora a memória de cada um, não é, ao contrário, nem um pouco costumeiro que esses mesmos moradores encontrem nas livrarias coletâneas que abordem monograficamente esses espaços. Pois é esta a novidade que a Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) da Universidade de São Paulo oferece ao público leitor – com certeza não apenas paulistano – como terceiro número dos *Cadernos CPC*. Diferentemente das duas publicações anteriores, que inventariam os bens pertencentes à USP (Comissão de Patrimônio Histórico da USP, 1997 e 1999), trata-se de problematizar, sob os mais diversos pontos de vista – histórico, memorialístico, arquitetônico, arqueológico –, um único desses legados. É a casa onde durante quarenta anos permaneceu confinada uma riquíssima senhora da elite econômica e política paulista, última herdeira de uma fortuna milionária: Sebastiana de Mello Freire, popularmente conhecida como Yayá.

Como assinala o Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP, Adílson Avansi de Abreu, na “Apresentação” do livro, é a primeira vez que se publica em conjunto a série de análises resultantes do trabalho de pesquisa e intervenção da CPC junto a um dos muitos “lugares da memória” da Universidade assistidos pelo órgão desde a sua fundação, em fins de 1986. E o objeto, a meu ver, foi absolutamente bem escolhido, pelo desafio instigante que suas peculiaridades sociológicas, antropológicas e arquitetônicas representam para o debate mais amplo sobre patrimônio.

Na verdade, a chamada “Casa de Dona Yayá” já tinha sido trazida a público antes. Nove páginas do segundo *Caderno CPC* ocupam-se dela, caracterizando-a histórica e arquitetonicamente (idem, 1999: 150-9). Mas só agora o imóvel se torna foco exclusivo do estudo multidisciplinar de onze autores, escolhidos pelo Colegiado da CPC para formular, em textos e/ou imagens, soluções para a casa. O fato é que a propriedade, incorporada, junto com os outros bens do espólio de Sebastiana, ao patrimônio da Universidade como herança vacante em 1969, e tombada há dois anos pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), atualmente não conta com um uso definido e tampouco se encontra em bom estado de conservação. A implementação de todo um projeto de restauração, iniciado pela CPC em 1988, mas também a possibilidade de concretização de uma reforma completa, foram suspensas em 1997, por questões jurídicas e dificuldades financeiras da Universidade. Em face dessa situação, o propósito da publicação é colaborar para, como ressalta o Pró-Reitor, “orientar o restauro e a desejada definição de finalidade do imóvel” (: 11).

A casa situa-se à Rua Major Diogo, nº 353, no Bexiga, tradicional bairro de atividades gastronômicas e culturais. O terreno e a edificação que atualmente se vêem pouco têm em comum com as dimensões e a aparência da antiga chácara que havia naquele local quando Sebastiana ali foi instalada, em 1921. Até este ano, o terreno de 33 mil m² possuía uma ampla casa de 16 cômodos repletos de pinturas murais *art nouveau* e uma rebuscada fachada neoclássica, bem ao gosto do proprietário anterior do imóvel, o então relativamente próspero comerciante de secos e molhados João Guerra. Hoje em dia, diferentemente, o terreno soma apenas cerca de 2.600 m², enquanto a casa – que ganhou, além de paredes brancas, um *solarium* de tijolos, grades e vidro anexo ao alpendre frontal para transformar-se no hospício privado onde Sebastiana permaneceu reclusa dos 34 anos até a sua morte (1961) – se encontra bastante depredada.

Considerando esse contexto, a CPC organizou a coletânea de dez textos e um ensaio fotográfico em três grandes partes, prenunciadas, após a “Apresentação”, por um capítulo introdutório da professora de história

da arte Maria Cecília França Lourenço, atual coordenadora da Comissão e, aliás, organizadora também dos outros dois *Cadernos*. Nele, a autora enfrenta aquilo que penso ser a questão de fundo a permear todos os demais trabalhos constitutivos da publicação: ela reflete “sobre alguns fatores pelos quais o tema Casa de dona Yayá encanta” (: 14).

Em primeiro lugar, seria fundamental a díade entre “a resistência e a contrariedade de expectativas, que representam ela, a casa e o entorno, mantendo-se através dos tempos em condições tão adversas” (: 15). Com efeito, a leitura revela que a questão da “resistência” é um elemento sub-reptício à economia geral do livro. Enquanto os capítulos da parte inicial iluminam inúmeras dimensões da personalidade e do cotidiano de Yayá antes e depois do enclausuramento, destacando que esta permanece viva até os 74 anos apesar de todas as adversidades, a segunda apreende em particular a casa como patrimônio arquitetônico de mais de cem anos de idade, a fim de que o último bloco situe a personagem e a casa no Bexiga hoje – bairro que, sempre em modificação e cada vez menos arborizado, tem de lidar com a memória da casa e com a área verde do terreno em que a edificação se situa.

Para Lourenço, o assunto “casa de Yayá” encantaria também por permitir “aprofundar a construção e a derogada de mitos sobre memória e patrimônio” (: 18). Naquilo que possui de trágico e, portanto, de humano, a história dessa mulher que permaneceu encarcerada durante quase meio século se enraizou na história da edificação. As grades de ferro e os vidros duplos instalados nas antigas janelas; as portas pesadas que, dotadas de visores de corte transversal, foram afixadas nos batentes embranquecidos para possibilitar a passagem apenas de comida; o *solarium* construído em 1951 para prover mais circulação a uma reclusa proibida de sair ao jardim: intervenções como essas dialogam com todo um “imaginário” que, segundo a autora, tem de ser necessariamente considerado por quem avalia o bem cultural. São concepções socialmente difundidas acerca da mulher – em especial da mulher rica que foge aos desígnios de sua condição social, na São Paulo da primeira metade do XX –, mas é também todo um imaginário sobre a loucura.

Por tudo isso, estudar o imóvel implica, segundo a autora, ampliar o sentido das noções de patrimônio e memória. A primeira teria de ser assumida como “musealização do objeto e/ou de conjuntos materiais capazes de problematizar formas de viver e de pensar, valores desejáveis ou ultrajados, assim considerando como bem cultural tudo o que possa atestar a luta e a passagem do humano pela Terra”. A memória, por sua vez, seria “seleção e construção de nexos capazes de nos fazer avançar, neste caso contra o preconceito e as marcas datadas de valores de época” (: 14).

As definições aludem a uma segunda gama de questões que perpassa a coletânea do início ao fim. Se os trabalhos “Sobre a personagem Dona Yayá” aludem à necessidade de se conservar a memória da complexa trama existencial que ali se costurou durante décadas, “Sobre o edifício” enfatiza, com base nessa constatação, que o que faz da casa um patrimônio é mais do que apenas o fato de ser uma antiga chácara – o que já seria muito –, de abrigar murais nas paredes e ornamentos na fachada. É também a memória dos dramas registrados no início do livro. O subconjunto final de estudos, por sua vez, equaciona esse duplo-jogo entre a vida dos homens e a das coisas sobre novas bases. À discussão sobre os “possíveis usos para o imóvel” subjaz o dilema: preservar as paredes ecléticas e a fachada neoclássica da antiga casa de chácara, ou as paredes assépticas e, em particular, o *solarium* para os supostos banhos de sol de Yayá?

Essa pergunta polêmica, enfrentada mais ou menos explicitamente no terço final de *A casa...*, suscita no leitor um outro questionamento, não menos complexo: o que, por meio da preservação, lembrar? Que memória construir? Aquela referente ao investimento estético dos primeiros proprietários da chácara, ou a memória sobre a miséria de Yayá e de toda uma sociedade?

Mapeada, em linhas gerais, a estrutura do livro, cabe apontar para questões pontuais que os seus capítulos levantam para a reflexão sobre a história de Sebastiana, da casa e – por que não? – da São Paulo da primeira metade do XX.

Obviamente o empenho básico dos trabalhos da primeira parte da coletânea é fornecer ao leitor o maior número possível de dados biográficos

sobre a herdeira dos Mello Freire. Mas os autores fazem mais: discorrem sobre a sociedade que produziu histórias como a de Yayá. Certamente merece destaque, nesse sentido, o texto da historiadora Marly Rodrigues. Resultado de uma pesquisa histórica mais abrangente sobre Sebastiana e sua casa, realizada a pedido da CPC (Rodrigues, 1988), o estudo parece ter sido tão relevante para o órgão que chega a ser caracterizado, no capítulo de Lourenço, como aquele em torno do qual os outros “pareceres” da coletânea foram “especialmente elaborados” (: 12). Uma extensa análise documental (entrevistas, laudos médicos, autos de interdição, a legislação brasileira referente à herança, inventários, jornais de época e fotos) fez a historiadora colocar em cena uma grande quantidade de personagens, que povoam a história em meio ao destino de isolamento traçado para Yayá. São familiares que morrem durante a infância da senhora; amigas de adolescência que dela cuidam até a morte. Mas são também personalidades da vida pública nacional, como o político liberal e governador paulista Albuquerque Lins (1908-1912), tutor de Yayá e que autoriza a sua interdição na casa; o médico Franco da Rocha, idealizador do então recente hospital psiquiátrico do Juquery (1895), e que se recusa a participar da junta médica que aprovaria definitivamente a reclusão doméstica da paciente; ou o diretor do hospício do Rio de Janeiro Juliano Moreira, que vem pessoalmente à Rua Major Diogo examinar Sebastiana.

A presença dessas e de outras personagens faz o leitor se questionar a respeito da sociologia dessa história aparentemente tão particular, na São Paulo do início do XX. O que teria norteado a escolha precisamente da chácara do Bexiga como local de internamento da doente – propriedade que Sebastiana precisou alugar e que posteriormente comprou –, se a senhora possuía muitas outras propriedades na cidade e em Mogi das Cruzes? Além disso, teria havido outros motivos, que não apenas os “circunstanciais” (: 31), para que médicos então tão renomados quanto Franco da Rocha se recusassem a examinar a doente?

A análise de Rodrigues deixa entrever também a cristalização social, ao longo do tempo, de imagens variadas acerca de Yayá. À visão daqueles

que a conheceram ou que conviveram com suas amigas próximas, contrapõem-se as impressões difundidas pelo senso comum, não raro com a ajuda da imprensa sensacionalista da época da interdição. Essas imagens coexistem ao lado de outras, também persistentes, ligadas à loucura, e que colocam em pauta a intrincada questão antropológica de como a sociedade lida com esse fenômeno e, particularmente, como dele se apropriou, na São Paulo da primeira metade do século XX.

Complementar ao texto de Rodrigues pelos dados biográficos que oferece, é o de Helena Marzano Grant, incorporado ao livro quando este já estava no prelo. Descendente da família à qual pertenceram a madrinha e duas amigas íntimas de Yayá que desta cuidaram durante toda a vida, a jornalista alterna, em seu depoimento, evocações memorialísticas com a apresentação de um material documental até então inédito. Isso a leva a introduzir no debate sobre a história de Sebastiana uma personagem pouco presente no estudo de Rodrigues pelo tipo de fontes de que esta dispõe: Yayá “ela-mesma” antes do enclausuramento. Afinal, Grant apresenta, entre outros, uma fotografia tirada pela própria Sebastiana, além de trechos de suas cartas pessoais e de seu diário.

Percebe-se que alguns dados biográficos mencionados por Grant contradizem aqueles levantados por Rodrigues (assim, por exemplo, a menção ao fato de que Franco da Rocha teria sido o primeiro médico de Yayá - : 71). Mas isso não retira do texto o caráter de instigante objeto de representações dos descendentes daqueles que rodearam Sebastiana ao longo da vida. Frases como “Na verdade, os que cuidavam de Yayá não tinham outro interesse, senão o de diminuir o seu sofrimento” (: 74) e “Eliza Grant era tão correta” (: 76) suscitam a impressão de que a familiar dos Grant sente a forte necessidade de se posicionar – também ela – em relação a uma querela que marcou a vida de suas parentes: se interesses financeiros mediaram ou não a dedicação dessas mulheres a Sebastiana.

Os textos de Rodrigues e Grant compõem, ao lado do estudo do jornalista Francisco Ornellas, um quadro amplo de referências sobre Yayá. Nesse último trabalho especificamente, a ênfase recai sobre um aspecto até então

não explorado no livro: o patrimônio imobiliário da filha dos Mello Freire. A análise que o autor faz do inventário e dos bens da família apresenta um dado incrível: Sebastiana foi “detentora, sem dúvida, do maior patrimônio imobiliário de Mogi das Cruzes durante toda a primeira metade do século XX e proprietária de pelo menos 75 imóveis na Capital do estado, boa parte dos quais situada no supervalorizado triângulo formado pelas praças da Sé, República e Paissandu” (: 78). Esse aspecto, entretanto, não teria impedido que, um ano após a morte, restasse a Yayá apenas uma sepultura anônima no Cemitério da Consolação.

É certo que haveria muito mais a dizer: entre outras coisas, que Ornellas acompanha a trajetória dos bens de Sebastiana até a aquisição destes pela USP; e que nesse percurso descobre que uma das amigas que mais teria se engajado pela senhora reivindicou em 1967 o “recebimento de 5% do valor dos bens da herança, sob o título de pagamento por serviços prestados a Yayá durante o período de 42 anos” (: 82)...

Mas deixemos esses detalhes para o próprio livro. É a trama deste que nos interpela constantemente com a questão sintetizada pelo historiador José Sebastião Witter: “Seria dona Yayá louca mesmo ou ela era uma mulher diferenciada para a época? Não casou, não vivia numa única cidade, dividindo o seu tempo entre a chácara de Mogi das Cruzes e a casa de São Paulo. Além disso, era possuidora de uma fortuna razoável...” (: 61).

Essa interpelação, recorrente durante a leitura do livro, se explica não apenas pela originalidade da história de Sebastiana. Decisiva é a conjunção dessa profunda atipicidade com aquilo que Maria Lúcia Bressan Pinheiro, arquiteta e parecerista do processo de tombamento da edificação, chama, no segundo bloco da publicação, de valores de “tipicidade” da casa; ou seja, “valores representativos do estádio cultural da sociedade paulista, naquele momento” (: 149-50) que foi a virada do século XX em São Paulo. A casa se distinguiria por ser um remanescente das antigas sedes de chácara paulistanas do período, além de uma construção que refletiria, em sua arquitetura e particularmente nos seus ornamentos decorativos, a atuação dos mestres-de-obra italianos na cidade da época.

A edificação é, portanto, uma valiosa porta de entrada para a compreensão de todo um padrão arquitetônico, vigente entre os membros de uma burguesia paulistana em ascensão entre fins do XIX e o início do XX. Esse aspecto é explorado nos textos, fotografias, plantas e desenhos com os quais outros três arquitetos além de Pinheiro contribuem para a segunda parte de *A casa* Nesse sentido, destaca-se a discussão que Júlio Katinsky faz de dois aspectos ligados ao processo de urbanização de fins do XIX, enquanto descreve a edificação de Yayá com base em suas peças mais antigas. O primeiro deles é o ecletismo enquanto estilo arquitetônico na cidade da época. O arquiteto ressalta a escassez de pesquisas sobre a tipologia das habitações ecléticas conforme o capital econômico e cultural dos seus proprietários. Corrobora o argumento com uma útil bibliografia sobre “Ecletismo”, anexada ao final do livro.

Katinsky desenvolve também uma interpretação peculiar a respeito da presença das chácaras na cidade de fins do XIX. Apoiando-se nos relatos do viajante francês Auguste Saint Hilaire, afirma que os proprietários desse tipo de construção enxergariam nela a possibilidade de, por um lado, escapar ao rigor legislativo do “aparelho exator”; por outro, de vivenciar uma “maior flexibilidade e adaptabilidade ao meio” (: 94-6). A explicação abre espaço para polêmicas, em especial por se propor a entender a permanência, em fins do XIX, de chácaras próximas do centro urbano paulistano com base numa fonte histórica originada a partir de observações que Saint-Hilaire fez de uma São Paulo ainda colonial, entre 1819 e 1820 (Saint-Hilaire, 1976).

De qualquer forma, o argumento deixa intuir a profusão de detalhes contidos nesse e também em outros estudos do segundo terço de *A casa de Dona Yayá*. Impressionante é a minuciosa descrição que Regina Tirello, arquiteta e restauradora que coordena o Canteiro-Escola de Pinturas Murais CPC, faz da descoberta paulatina, por sua equipe, dos murais artísticos e estratos arquitetônicos da casa. São páginas em que texto e imagens se revezam a fim de que o leitor acompanhe passo a passo como foi se dando a “profícua experiência de trabalho interdisciplinar” (: 103), até o momento – indefinido, no texto – de sua interrupção.

Mencione-se também o belo ensaio fotográfico da arquiteta Angela Garcia. Por sua forte dimensão documental, as imagens apresentam ao leitor uma ótima síntese do que pode ser o imóvel enquanto via privilegiada de acesso à história de Yayá. Nas fotografias externas e internas da casa, nos registros panorâmicos do terreno e na reprodução de pequenos detalhes, muito é ruína, é tragédia. E é também potencialidade, já que resiste – num terreno cada vez menor, num bairro cada vez mais cinza.

A última parte da obra possui um caráter eminentemente político. Os arquitetos responsáveis pelo projeto de restauro e reforma então interrompido descrevem minuciosamente a sua proposta de intervenção; uma das ex-coordenadoras da CPC, por sua vez, discorre sobre as diversas utilizações que o imóvel vem sofrendo desde a sua incorporação à USP. Ao final, o presidente da “Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista” oferece um depoimento sobre a posição de sua associação quanto aos futuros usos da casa. Em suma: uma vez assinaladas, nos dois blocos anteriores do livro, as diversas facetas da personagem *Yayá* e de sua *casa*, é possível apresentar propostas que contemplem essas duas dimensões; ou seja, *A casa de Dona Yayá*.

Menos do que aqui atacar ou defender tal ou qual proposição para o imóvel, importa assinalar que, para além delas, existe ainda uma outra: a edificação estimula a própria reflexão sobre a São Paulo virada do século que gestou destinos como o de Sebastiana e da moradia que a abrigou. É um universo urbano que, tal como a *Yayá* descrita por Lourenço, condensa em si uma “conexão de contrariedades”. Contém um bairro que, então recém-aberto (1879) – tornado, pois, mais visível socialmente –, presta-se a tornar (quase) invisível uma senhora que, por sua condição social, estava fadada a uma visibilidade então pouco comum para uma mulher. Além disso, é uma cidade que, submetida a um intensíssimo processo de urbanização – propulsor da fundação do Juquery, distante do centro urbano – inventa um manicômio bem peculiar a apenas poucos quilômetros da área central. E isso para que seja encarcerada, na própria casa, uma das filhas mais nobres dessa cidade, descendente de um político paulista abastado, e detentora de bens imóveis situados nas mais nobres áreas paulistanas.

E por fim: é uma sociedade que expulsa para os (modernos) hospitais psiquiátricos a diferença que a loucura representa dentro da (não-moderna) casa patriarcal, por desejar adotar novos (e europeus) costumes; e não hesita em inverter a direção da expulsão quando o que está em jogo é uma personagem que desafia o passado e o presente de seu tempo. No mundo social profundamente hierarquizado que é São Paulo na terceira década republicana, uma mulher rica e órfã que, aos 32 anos, se nega a casar e supostamente tem crises nervosas, é tida como uma excrescência quase atemporal. Por isso mesmo, acaba por fazer com que renasça, no cerne mesmo do processo de transformações modernizadoras, o espaço que este mesmo processo visa abolir: a casa patriarcal.

Cabe notar que interdições – mesmo que não domésticas – de indivíduos abastados por questões de herança parecem ter sido comuns na época, como demonstra Rodrigues à luz do exemplo do filho do antigo proprietário da casa de Sebastiana. Em 1920 Fernando Guerra foi “declarado interdito” em meio a sintomas de disritmia e à vontade de se casar com uma moça negra. Mas a interdição só vigorou até que se realizasse o inventário do seu pai (: 54).

E eis que a história de Yayá deixa de ser única para incentivar a pesquisa de outros casos, a compreensão de outras lógicas. O tema não mais se restringe às paredes e aos tijolos de uma antiga casa de chácara do Bexiga. Aproximamo-nos de questões com as quais a Antropologia lida no mínimo desde que Durkheim demonstrou que o espaço não pode ser desvinculado do mundo social que o produz e é por ele produzido (Durkheim, 1994: esp. 12-28). Entender o espaço é entender os homens que nele viveram, que nele encontraram sentido. E isso mesmo que tenham transformado esse espaço em lugar de um aparente sem-sentido. Mesmo que nele tenham confinando uma mulher como Yayá.

Bibliografia

COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA USP.

- 1997 *Obras escultóricas em espaços externos da USP*, São Paulo, Edusp.
1999 *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial.

RODRIGUES, M.

- 1988 *A casa de dona Yayá*, São Paulo, Ícone Pesquisas de História.

SAINT-HILAIRE, A. DE.

- 1976 *Viagem à província de São Paulo*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.

DURKHEIM, E.

- 1994 *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Quadrige/PUF.